



Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 38

Estatísticas de Gênero

Indicadores sociais das mulheres no Brasil

3ª edição

Notas técnicas

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente

Marcio Pochmann

Diretora-Executiva

Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Elizabeth Belo Hypolito

Diretoria de Geociências

Ivone Lopes Batista

Diretoria de Tecnologia da Informação

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Paulo de Martino Jannuzzi

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 38

Estatísticas de Gênero

Indicadores sociais das mulheres no Brasil

3ª edição

Notas técnicas



Rio de Janeiro
2024

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série Estudos e pesquisas está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4605-6

© IBGE. 2024

Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo que apresenta comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos sobre os principais resultados do estudo, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, objeto deste documento, traz considerações de natureza metodológica sobre o estudo e é veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

Sumário

Sumário	4
Apresentação	4
Introdução	5
Notas técnicas.....	7
Referências	31

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI) foi proposto, em 2013, pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission - UNSC) como resultado de um esforço de sistematização de informações relevantes destinadas à mensuração da igualdade de gênero e do empoderamento feminino. Desde então, tem desempenhado, em conjunto com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, papel de guia para os países na produção de estatísticas de gênero, fornecendo um quadro para comparabilidade internacional.

Com a divulgação do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, ora em sua 3ª edição, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE atualiza a produção e a análise de grande parte desses indicadores para o País. A partir das temáticas Empoderamento econômico, Educação, Saúde e serviços relacionados, Vida pública e tomada de decisão, e Direitos humanos das mulheres e meninas, foi possível traçar um panorama, ainda que sucinto, das desigualdades de gênero, a partir de estatísticas públicas oficiais disponíveis, oferecendo, assim, um conjunto de informações para estudiosos e formuladores de políticas públicas.

O estudo ora divulgado, cuja primeira edição foi publicada em 2018 e a segunda em 2021, soma-se aos trabalhos realizados a partir das informações dos Censos Demográficos 2000 e 2010 reunidas no Sistema Nacional de Informações de Gênero - SNIG, lançado pelo IBGE em 2014, o qual apresentou, em publicação impressa e sistema web, indicadores e análises com enfoque de gênero para os seguintes temas: Deficiência, Domicílios, Educação, Famílias, População, Rendimento, Trabalho e Migração.

Estas notas técnicas apresentam os metadados dos indicadores que constam do informativo e do plano tabular que compõem esta edição do estudo e descrevem como foram produzidos, bem como a sua correspondência com os metadados dos indicadores originais propostos pela UNSC.

Elizabeth Hypólito
Diretora de Pesquisas

Introdução

O Brasil integra, desde 2012, o Grupo Interinstitucional de Peritos em Estatísticas de Gênero (Inter-Agency and Expert Group on Gender Statistics - IAEG-GS), coordenado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Division - UNSD) e composto por representantes dos programas de estatísticas de gênero de instituições internacionais, regionais e nacionais. Nesse arcabouço institucional, foi elaborado, de forma colaborativa, o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI) para servir de parâmetro para a mensuração da desigualdade de gênero por países e regiões. Atualmente, o CMIG constitui importante ferramenta para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O presente estudo visa produzir indicadores nacionais a partir dos metadados disponibilizados pela UNSD, com as adaptações, quando necessárias, ao contexto nacional. Dos atuais 51 indicadores quantitativos, foi possível construir 44, sendo 33 de acordo com os metadados originais e outros 11 indicadores com adaptações conceituais ou metodológicas (*proxies*), em virtude da indisponibilidade nacional de dados para construção do indicador original, assim como das políticas e legislações nacionais em vigor. Dos sete indicadores que não puderam ser calculados¹, um não se aplica ao Brasil (Indicador CMIG 5.3 - Proporção de mulheres e meninas que sofreram mutilação genital). Os indicadores proxies foram elaborados a partir de metodologias já utilizadas em pesquisas domiciliares, registros administrativos, ou em publicações oficiais específicas sobre cada temática.

Há, ainda, indicadores para os quais, embora calculados para o total Brasil, não foi possível obter informações para todas as desagregações recomendadas nos metadados, seja pela indisponibilidade dos dados na forma de registros administrativos gerados pelo órgão competente, seja pelos altos coeficientes de variação das estimativas para pequenos grupos/áreas provenientes das pesquisas amostrais domiciliares. Nesse sentido, mostra-se cada vez mais necessária uma interlocução maior do IBGE com outras instituições com vistas à produção de estatísticas que atendam às demandas internacionais de divulgação de dados sobre gênero em diferentes áreas temáticas e em diferentes estratos populacionais e geográficos.

Por outro lado, o presente estudo incluiu desagregações adicionais para os indicadores propostos pelo CMIG, como desagregações por Unidades da Federação, cor ou raça, grupos de idade, entre outras, dada a sua importância para visibilizar desigualdades históricas no contexto brasileiro. Ademais, foram também produzidos indicadores complementares com vistas a ampliar as possibilidades de análise e entendimento das questões de gênero no País.

¹ Indicadores CMIG 1.11, 1.12, 2.10, 3.8, 3.9, 4.6, e 5.3.

No plano tabular disponível na Internet, as tabelas obedecem a numeração dos indicadores CMIG e estão organizadas em pastas temáticas, uma para cada seção. As tabelas com indicadores complementares foram denominadas “tabelas extras” e estão alocadas, também, segundo o tema².

A seguir, é apresentada, para cada temática, a definição conceitual dos indicadores, de acordo com os metadados da UNSD, bem como a fonte de informação adotada e a metodologia de cálculo utilizada para aqueles com dados nacionais disponíveis.

² No plano tabular, disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>, as tabelas foram numeradas para coincidir com a numeração do CMIG, quando diretamente relacionadas ou *proxies*, por exemplo, 3.1, 3.2 coincidem com indicadores CMIG III.1, III.2 etc. Tabelas com indicadores complementares foram numeradas com letras, por exemplo 3.a, 3.b etc.

Notas técnicas

Empoderamento econômico

Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo, idade e localização geográfica

O indicador CMIG 1.1 nacional foi formulado a partir do módulo “Outras formas de trabalho” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua para os anos de 2016 a 2019 e 2022, levando em consideração as informações acumuladas das quintas entrevistas. O indicador foi calculado de forma conjunta para as pessoas com 14 anos ou mais de idade que declararam ter realizado afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas na semana de referência, incluindo desagregação para os ocupados. Considerou-se a média de horas semanais efetivas de afazeres domésticos e cuidados de pessoas no domicílio.

A pesquisa considerou as seguintes atividades como afazeres domésticos:

- Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças;
- Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos;
- Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos;
 - Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim;
 - Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.);
 - Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio;
 - Cuidar dos animais domésticos.

Em relação aos cuidados de pessoas no domicílio foram consideradas as seguintes atividades:

- Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir);
 - Auxiliar em atividades educacionais;
 - Ler, jogar ou brincar;
 - Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio;
 - Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas.

Uma tabela adicional foi produzida para este indicador, considerando o ordenamento da população em classes de rendimento domiciliar *per capita*. Foram

construídas cinco classes cada uma representando 20% da população em ordem crescente de rendimento³.

Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho), por sexo

O CMIG 1.2 foi calculado conforme definições do indicador anterior, mas apenas para as pessoas ocupadas, e agregando as informações sobre horas habitualmente gastas no trabalho remunerado. Considerou-se a média de horas semanais em todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade. Uma tabela adicional foi produzida para este indicador, considerando o ordenamento da população em classes de rendimento domiciliar *per capita*. Foram construídas cinco classes cada uma representando 20% da população em ordem crescente de rendimento⁴.

Taxas de participação na força de trabalho para pessoas entre 15-24 anos de idade e 15 anos ou mais de idade, por sexo

Conforme definido pela UNSD para o CMIG 1.3, a taxa de participação da força de trabalho é expressa como percentual da força de trabalho em relação à população em idade de trabalhar em determinado período de referência. A força de trabalho compreende todas as pessoas em idade de trabalhar que fornecem mão de obra para a produção de bens e serviços – conforme definido pelo limite de produção do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (System of National Accounts - SNA) – durante um período de referência especificado. Refere-se à soma de todas as pessoas em idade de trabalhar que trabalham e que estão desempregadas.

A população em idade de trabalhar é frequentemente definida como todas as pessoas com 15 anos ou mais de idade, mas isto pode variar de país para país com base nas leis e práticas nacionais (alguns países também utilizam um limite máximo de idade).

O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das primeiras entrevistas, e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, em ambos os casos para pessoas de 15 anos ou mais de idade e de 15 a 24 anos na semana de referência. Embora, no Brasil, seja permitido o trabalho, como aprendiz, a partir dos 14 anos de idade e, por isso, esse é o limite inferior de idade para as perguntas de ocupação na PNAD Contínua, seguimos a idade sugerida pelo indicador da ONU para fins de comparação internacional.

³ A descrição dos procedimentos metodológicos para a construção de estatísticas por décimos e outros percentuais da população ver “Notas explicativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua utilizadas na Síntese de Indicadores Sociais 2023”, Anexo 3 <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>>.

⁴ Idem Nota de Rodapé 3.

Proporção de pessoas ocupadas que são trabalhadores por conta própria, por sexo

O indicador nacional foi calculado utilizando a mesma metodologia proposta pelos metadados da UNSD para o CMIG 1.4, que considera como trabalhador por conta própria a pessoa que explora o seu próprio negócio, sem ter empregados. Podem trabalhar sozinhos ou com sócio(s) e/ou com trabalhador(es) não remunerado(s). O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das primeiras entrevistas, e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, em ambos os casos para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.\

Proporção de trabalhadores familiares não remunerados

O indicador nacional para o CMIG 1.5 foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das primeiras entrevistas, e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, em ambos os casos para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência. Define-se como 'trabalhador familiar auxiliar' a pessoa que trabalhava sem receber remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar ou parente que era conta própria, empregador ou empregado.

Proporção de pessoas ocupadas que são empregadores, por sexo

O indicador nacional para o CMIG 1.6 foi calculado utilizando a mesma metodologia proposta pelos metadados da UNSD, que considera empregador a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Para o seu cálculo, considerou-se a proporção dos empregadores em relação a população ocupada. O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua levando em consideração, para os anos de 2012 a 2019, as informações acumuladas das primeiras entrevistas, e, de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, em ambos os casos para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

Proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não estão ocupados e não estão em treinamento, por sexo

O indicador CMIG 1.7 foi calculado de acordo com a metodologia proposta pela UNSD. Ocupação é definida como todas as pessoas em idade de trabalhar que, durante um período de referência (uma semana), estiveram envolvidas em qualquer atividade para produzir bens ou prestar serviços com remuneração ou lucro. Por sua vez, são pessoas em treinamento as que exercem uma atividade de aprendizagem não acadêmica através

da qual adquirem competências específicas destinadas a empregos profissionais ou técnicos.

De acordo com o manual da PNAD Contínua, o curso de qualificação profissional é a modalidade mais acessível da educação profissional. É composta por diversos cursos de qualificação dos indivíduos para uma determinada ocupação sem, todavia, aumentar o seu nível de escolaridade. Esses cursos podem ser ministrados em escolas, empresas ou em outras instituições, tais como: igrejas, ONG's, sindicatos, associações etc. Além disso, têm duração variável, conferem certificado de participação, podem ser oferecidos em todos os níveis de escolaridade e serem realizados, dependendo do curso, sem exigência de escolarização (IBGE, 2020).

Diferente dos demais cursos de educação profissional, não há uma legislação específica que defina diretrizes e normas para a qualificação profissional. O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2016 a 2019 e 2022 levando em consideração as informações do segundo trimestre e considerando as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Este é o mesmo indicador ODS 8.6.1.

Distribuição percentual da população ocupada por sexo, segundo setor de atividade econômica (Agropecuária, Indústria, Serviços)

De acordo com a metodologia proposta pela UNSD para o CMIG 1.8, a atividade agropecuária e os setores de serviços são definidos pela Classificação Industrial Padrão Internacional (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC). O setor agropecuário compreende atividades na agricultura, pecuária, atividades de caça, silvicultura e pesca de acordo com a divisão principal 1 da ISIC 2, das categorias A e B da ISIC 3 e da categoria A da ISIC 4. O setor industrial compreende as atividades de extração e mineração, de construção civil e de serviços públicos (gás elétrico e água) de acordo com as divisões principais 2 a 5 da ISIC 2, categorias C a F da ISIC 3 ou categorias B a F da ISIC 4. O setor de serviços consiste em comércio por atacado e varejo; restaurantes e hotéis; transporte, armazenamento e comunicações; serviços financeiros, seguro imobiliário e serviços empresariais; e serviços sociais e pessoais para as famílias. A administração pública e a educação se encontram dentro da atividade de serviços.

O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das primeiras entrevistas, e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, em ambos os casos para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência. Este indicador é elaborado a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Domiciliar 2.0. O segmento agropecuário compreende as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. O setor industrial compreende a indústria extrativa e de transformação, construção civil e eletricidade e gás. Já o segmento de serviços inclui as atividades de comércio no atacado e no varejo, as atividades de transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação, informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas e outros

serviços (atividades ligadas a arte, cultura e esportes; atividades de serviços pessoais; entre outras).

Proporção de pessoas ocupadas em trabalhos informais em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, por sexo

Para a construção do CMIG 1.9, o metadado original do indicador propõe uma definição mais ampla de informalidade que inclui a ocupação em empresas que pertencem ao setor informal da economia. As informações disponíveis nas pesquisas do IBGE, no entanto, permitem que se calcule apenas o emprego informal, sem que este esteja, necessariamente, vinculado ao mercado de trabalho informal. Para tanto, são utilizadas as informações sobre posição na ocupação.

O indicador nacional foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das primeiras entrevistas, e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência. Com base na PNAD Contínua foi construída uma *proxy* para a definição de trabalho informal que compreende a inexistência de um contrato formal de trabalho (carteira de trabalho assinada, trabalhadores vinculados ao regime jurídico único ou militares) ou pela falta de cobertura do sistema de seguro social. Compreende, o trabalho formal, a soma dos empregados com carteira de trabalho assinada, os empregados do setor público e militares do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros militar, os trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social. Todos os demais trabalhadores se enquadram no trabalho informal.

São definidas como atividades não-agrícolas aquelas não classificadas como agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura ou atividades mal definidas. O indicador inclui as pessoas ocupadas em atividades da indústria, construção, comércio e reparação, administração pública, educação, saúde e serviços sociais, transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação, informação financeira e outras atividades profissionais e serviços domésticos.

Taxa de desocupação, por sexo, idade e pessoas com deficiência

A taxa de desocupação é definida como a proporção de pessoas desocupadas, que se encontram procurando trabalho e disponíveis para trabalhar, em relação ao total de pessoas na força de trabalho. O indicador CMIG 1.10 foi formulado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das primeiras entrevistas e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, para a população de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência. A produção deste indicador também definiu outras desagregações, como grupos de idade, cor ou raça e pessoas com deficiência. As

informações para este último recorte foram obtidas na PNAD Contínua, em módulo específico coletado no terceiro trimestre de 2022.

Razão de rendimentos entre homens e mulheres, por grupos ocupacionais, idade e pessoas com deficiência

O indicador CMIG 1.13 foi calculado a partir dos dados da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em conta as informações acumuladas das primeiras entrevistas e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas. As informações se referem ao rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, na semana de referência, por sexo. Define-se rendimento médio real habitual das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas em todos os trabalhos como o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do ano mais recente. O deflator utilizado para isso é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A produção deste indicador levou em consideração outras desagregações, como grupos de idade, cor ou raça e pessoas com deficiência. Este último contou com as informações da PNAD Contínua, em módulo específico coletado no terceiro trimestre de 2022.

Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo

Na 81ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (International Labour Conference) em 1994, a OIT definiu o "trabalhador por tempo parcial" como um empregado cujas horas normais de trabalho são comparativamente menores do que as de trabalhadores por tempo integral. Assim, o ponto de demarcação é deixado para que os países o definam soberanamente. As linhas divisórias geralmente estão entre 30 e 40 horas por semana. Para este indicador, um ponto de corte padronizado foi designado em 30 horas por semana.

O indicador nacional para o CMIG 1.14 foi, então, calculado a partir dos dados acumulados da PNAD Contínua das primeiras entrevistas para os anos de 2012 a 2019 e dos dados acumulados das quintas entrevistas, de 2020 a 2022. O critério adotado está em conformidade com os metadados da UNSD para trabalho parcial apresentados anteriormente. Definiu-se, dessa forma, como total de pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência em trabalho cuja carga horária semanal seja igual ou inferior a 30 horas, em relação ao total de pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

Nível de ocupação de pessoas de 25 a 54 anos de idade, por presença de criança com até 6 anos de idade no domicílio, por sexo

A PNAD Contínua dispõe de informações sobre crianças com até 6 anos de idade no domicílio e o cálculo do indicador se deu conforme o metadado original do CMIG 1.15. A desagregação por tipos de arranjos domiciliares não foi possível porque na PNAD Contínua não há, atualmente, como definir os núcleos familiares, apenas unidades domésticas (conjunto de pessoas que residem dentro de cada domicílio sem, contudo, identificar todas as relações de conjugalidade e parentalidade que permitiriam a identificação dos núcleos familiares).

O indicador foi calculado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das primeiras entrevistas e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, como o nível de ocupação de pessoas de 25 a 54 anos de idade, com e sem a presença de criança de até 6 anos de idade no domicílio, por sexo. Define-se o nível de ocupação como a proporção de pessoas ocupadas em relação a população em idade de trabalhar - PIT em um determinado grupo de idade (neste caso, de 25 a 54 anos).

Proporção da população vivendo abaixo da linha internacional de pobreza, por sexo, segundo grupos de idade, situação no emprego e localização geográfica

O indicador CMIG 1.16 corresponde ao ODS 1.1.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, calculado segundo a metodologia proposta pelo Banco Mundial que considera como extremamente pobres quem possui rendimento domiciliar *per capita* abaixo de US\$ 2,15 por dia, pelo poder de paridade de compra – PPC (Purchasing Power Parity - PPP), a preços internacionais de 2017.

Para este indicador, além da linha de pobreza internacional, foi calculada a proporção de pobres a partir da linha de rendimento domiciliar *per capita* abaixo de US\$ 6,85 por dia, pelo PPC, a preços internacionais de 2017. O Banco Mundial recomenda esta última medida para a mensuração da pobreza em países com renda média-alta, como o Brasil, pois são países que possuem padrões de consumo mais diversificados e maior dinamismo em suas economias.

O indicador foi calculado a partir da PNAD Contínua para os anos de 2012 a 2019, levando em consideração as informações acumuladas das primeiras entrevistas, e de 2020 a 2022, considerando as informações acumuladas das quintas entrevistas, com desagregações por sexo, grupos de idade, situação no emprego e localização geográfica (mais comumente denominados nos indicadores da PNAD Contínua como 'condição de ocupação' e 'situação do domicílio').

Formula de Cálculo: $H = (Q/N).100$, onde N é o total da população e Q é o total de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza Z.

Z é dada por \$2,15 e \$ 6,85 de 2017 convertidos pela taxa PPC de R\$ 2,3273771 e corrigidos pela inflação ao consumidor, seguindo a metodologia utilizada na PNAD Contínua. Tanto a linha (Z) quanto os rendimentos domiciliares *per capita* são calculados

a preços médios dos respectivos anos, conforme os deflatores utilizados na PNAD Contínua. Tais deflatores são calculados para cada Unidade da Federação como base no IPCA e sua estrutura regional. Dessa forma, a correção da linha de pobreza (Z) é dada pela razão dos preços médios do ano de 2017 e do ano em questão. O rendimento domiciliar *per capita* é composto pelo total dos rendimentos efetivos do trabalho e pelo total dos rendimentos de outras fontes, divididos pelo número de moradores (excluindo os moradores nas condições de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos).

Proporção de pessoas que utilizaram a Internet nos últimos três meses, por sexo

Conforme definido pela UNSD, o CMIG 1.17 se refere ao percentual de pessoas que utilizam a Internet a partir de qualquer local. Até 2013, o período de referência utilizado para este indicador foi os últimos 12 meses. Em 2013, a definição foi atualizada e o período de referência é atualmente nos últimos três meses. Enquanto alguns países já usaram o período de referência mais estreito no passado, a maioria ainda pode levar algum tempo para aderir ao novo período de referência. Considera-se o uso da Internet independente do dispositivo usado (seu uso não é definido apenas por meio de um computador – também pode ser por telefone celular aparelhos de dispositivos sem fio, aparelho de TV digital etc.). O acesso pode ser feito por uma rede fixa ou móvel.

O indicador foi construído para os anos de 2016 a 2022 com base nas informações do quarto trimestre da PNAD Contínua, com exceção de 2020, quando os dados não foram divulgados. Refere-se ao total de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet nos últimos três meses em relação ao total de pessoas no mesmo grupo de idade, por sexo.

Proporção de pessoas que possuem telefone móvel celular, por sexo

Conforme definição da UNSD, o CMIG 1.18 traz a porcentagem de pessoas que possuem um telefone celular móvel. Um telefone celular móvel se refere a um aparelho celular que se inscreve em um serviço público de telefonia móvel usando tecnologia celular que fornece acesso a Public Switched Telephone Network - PSTN. Isso inclui sistemas celulares analógicos e digitais, bem como IMT-2000 (3G), IMT-Advanced (4G), e 5G-Advanced. Usuários de contas pós-pagas e cartões pré-pagos estão incluídos.

O indicador foi construído para os anos de 2016 a 2022 com base nas informações do quarto trimestre da PNAD Contínua, com exceção de 2020, quando os dados não foram divulgados. Refere-se ao total de pessoas com 10 anos ou mais de idade que possuem telefone móvel celular em relação ao total de pessoas no mesmo grupo de idade, por sexo.

Educação

Proporção de pessoas de 5 anos de idade que frequentam a escola, por sexo

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 2.1, a ‘taxa de participação no ensino organizado um ano antes da idade oficial de entrada no ensino fundamental’, por sexo, pode ser definida no Brasil, considerando a estruturação do sistema de ensino nacional, como a ‘proporção de crianças de 5 anos de idade que frequentam escola ou creche, incluindo programas da educação infantil, como creche e pré-escola, e ensino fundamental’.

Para este estudo, foi calculado a proporção de crianças de 5 anos de idade que frequentavam escola por sexo com dados do segundo trimestre da PNAD Contínua. Como consequência da pandemia de COVID-19, houve suspensão temporária da aplicação do módulo ampliado de Educação nos anos de 2020 e 2021. Assim, a série histórica disponibilizada no plano tabular referente a esse indicador compreende os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. Foram apresentadas desagregações por cor ou raça e Grandes Regiões.

Taxa de frequência escolar líquida ajustada nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 2.2, a ‘taxa de matrícula líquida nos anos iniciais do ensino fundamental (*primary education*)’ pode ser traduzido como o número de matrículas de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental ou em níveis posteriores com idade oficial para cursar esse nível dividido pelo total da população dessa faixa etária.

Para este estudo, foi calculada como *proxy* a taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino fundamental com dados do segundo trimestre da PNAD Contínua para os anos de os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. Para o Brasil, essa taxa representa o total das crianças de 6 a 10 anos que frequentam os anos iniciais do ensino fundamental ou já o concluíram dividido pelo total de crianças desse grupo de idade. Foram apresentadas desagregações por cor ou raça e Grandes Regiões. Também são apresentadas como informações adicionais as taxas de frequência líquida ajustada para os demais segmentos do sistema de ensino brasileiro (fundamental – total, fundamental – anos finais, médio e superior), com as mesmas desagregações citadas.

Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 11 a 14 anos e 15 a 17 anos, por sexo

De acordo com a definição da UNSD, o indicador CMIG 2.3 refere-se à taxa bruta de matrícula no nível de ensino secundário ('secondary') independentemente da idade desses estudantes, dividido pelo total da população com idade prevista oficialmente para cursar esse nível. Contudo, em países com taxas elevadas de atraso escolar, como o Brasil, a taxa bruta de matrícula pode assumir valores acima de 100%. Na correspondência com o sistema de ensino brasileiro, pode-se incluir como 'secondary education' tanto as pessoas nos anos finais do ensino fundamental ('lower secondary education') quanto pessoas no ensino médio ('upper secondary education'). Como configuram níveis de ensino diferentes, optou-se por apresentar os dois segmentos em indicadores e tabelas separados.

Tal como o indicador CMIG 2.1, foi calculada uma *proxy* para este indicador a partir da taxa de frequência escolar bruta, tanto das pessoas de 15 a 17 anos (idades recomendadas para cursar o ensino médio), quanto das pessoas de 11 a 14 anos (idades recomendadas para cursar os anos finais do ensino fundamental), com dados do segundo trimestre da PNAD Contínua para os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. Essa taxa equivale à proporção de pessoas que frequentam escola em cada um desses grupos, independentemente do nível de ensino, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo de idade. Foram apresentadas desagregações por cor ou raça e Grandes Regiões. Também são apresentadas como informações adicionais as taxas de frequência escolar bruta para os seguintes grupos etários: 4 e 5 anos; 6 a 14 anos e 6 a 10 anos.

Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 18 a 24 anos de idade, por sexo

De acordo com a definição da UNSD para o indicador CMIG 2.4, a taxa bruta de matrícula no ensino superior (*tertiary education*) é o número de matrículas no ensino superior independentemente da idade desses estudantes, dividido pelo total da população com idade prevista oficialmente para cursar esse nível, isto é, no Brasil, pessoas de 18 a 24 anos de idade. Contudo, em países com taxas elevadas de atraso escolar, como o Brasil, a taxa bruta de matrícula pode assumir valores acima de 100%.

Optou-se, neste estudo, calcular a taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 18 a 24, anos de idade com dados do segundo trimestre da PNAD Contínua para os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022, isto é, a proporção de pessoas de 18 a 24 anos que frequenta escola, independentemente do nível de ensino, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo de idade. Foram apresentadas desagregações por cor ou raça e Grandes Regiões.

Taxa de conclusão nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 2.5, a taxa de conclusão de determinado nível é a proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada

para frequência ao último ano do nível selecionado que completaram esse nível. No caso dos anos iniciais do ensino fundamental ('primary education'), para o qual recomenda-se finalizar com 10 anos de idade no Brasil, o indicador foi calculado como a proporção de pessoas de 13 a 15 anos de idade que concluíram esse nível. Foram usados os dados do segundo trimestre da PNAD Contínua para os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. Foram apresentadas desagregações por cor ou raça e Grandes Regiões.

Taxa de conclusão do ensino fundamental, por sexo

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 2.6, a taxa de conclusão de determinado nível é a proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do nível selecionado que completaram esse nível. No caso do ensino fundamental ('lower secondary education'), para o qual recomenda-se finalizar com 14 anos de idade no Brasil, foi calculada a proporção de pessoas de 17 a 19 anos de idade que concluíram esse nível. Foram usados os dados do segundo trimestre da PNAD Contínua para os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. Foram apresentadas desagregações por cor ou raça, situação do domicílio, quintos de rendimento⁵ e Grandes Regiões. Também são apresentadas como informações adicionais as taxas de conclusão para ensino médio (com idade recomendada de finalização aos 17 anos e indicador calculado para o grupo de 20 a 22 anos) e superior (idade recomendada de finalização aos 24 anos e indicador calculado para o grupo de 27 a 30 anos), com desagregações de sexo, cor ou raça e Grandes Regiões.

Proporção de mulheres concluintes no ensino superior

De acordo com a definição da UNSD para o indicador CMIG 2.7, a taxa bruta de conclusão do ensino superior é o percentual de concluintes do ensino superior, independentemente da idade, em relação à idade teórica mais comum de conclusão do ensino superior. Contudo, em países com taxas elevadas de atraso escolar, como o Brasil, a taxa bruta de conclusão pode assumir valores acima de 100%.

Optou-se, neste estudo, calcular o indicador *proxy* "proporção de mulheres entre os concluintes em cursos de graduação presencial, segundo áreas selecionadas, incluindo Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação, Engenharia e profissões correlatas". O resultado divulgado para o Brasil provém do Censo da Educação Superior 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Proporção de mulheres entre docentes de ensino superior

De acordo com a definição da UNSD para o CMIG 2.8, a proporção de mulheres entre professores de ensino superior é o percentual de professoras em relação ao total de

⁵ Idem Nota de Rodapé 3.

professores (homens e mulheres) nesse nível. O resultado divulgado para o Brasil provém do Censo da Educação Superior 2003 a 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Esse dado representa a proporção de mulheres no total de funções docentes, em exercício e afastados, sendo que o mesmo professor pode exercer funções docentes em uma ou mais instituições de ensino superior. Foram apresentadas desagregações por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Taxa de alfabetização de pessoas de 15 a 24 anos de idade, por sexo

O indicador CMIG 2.9 se refere à taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade, calculada a partir da proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem, inclusive a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. Esse indicador foi calculado usando dados segundo trimestre da PNAD Contínua para os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022. Foram apresentadas desagregações por cor ou raça, grupos de idade e Grandes Regiões.

Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo

Para o CMIG 2.11, calculou-se, com dados do segundo trimestre da PNAD Contínua para os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022, a distribuição percentual da população de 25 anos ou mais de idade de acordo com a classificação estabelecida em função do nível de ensino que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; ou não determinado. Foram apresentadas desagregações por cor ou raça e grupos de idade.

Saúde e serviços relacionados

Número de nascidos vivos

“Nascido vivo”, conforme Assembleia Mundial da Saúde (resoluções WHA20.19 e WHA43.24)⁶, se define como o produto da expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente da duração da gravidez, fruto de uma concepção que, após a separação, respira ou apresenta qualquer outro sinal de vida, como os batimentos cardíacos, a pulsação do cordão umbilical ou o efetivo movimento dos músculos voluntários, independentemente de o cordão umbilical ter sido cortado ou não, e a placenta estar inserida ou não.

Todos os nascidos vivos devem ser registrados e contados como tal, independentemente da idade gestacional. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2022), a Declaração de Nascido Vivo deve ser feita “por profissional de saúde responsável pelo acompanhamento da gestação, do parto ou do recém-nascido, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) ou no respectivo Conselho Profissional”. Para os nascidos mortos, em qualquer tipo de gestação, deve ser preenchida apenas a Declaração de Óbito (DO), com a anotação de que se trata de um óbito fetal (BRASIL, 2022).

A análise da natalidade e da fecundidade e, de forma mais geral, a avaliação da dinâmica demográfica, só são possíveis se houver informação sobre os nascimentos que ocorrem nas populações num determinado espaço e tempo. Com base nesta informação, avalia-se a contribuição das taxas de natalidade para o crescimento populacional, estimam-se os indicadores de fecundidade e desenvolve-se o sistema de indicadores de mortalidade infantil, materna e perinatal. Assim, a exatidão de um conjunto de estatísticas de grande valor para a análise demográfica e epidemiológica depende da cobertura e da qualidade dos dados de nascimento, e particularmente dos nascidos vivos.

Esse indicador foi calculado de forma complementar à seção Saúde do presente Informativo com desagregação por grupos etários, Grandes Regiões e Unidades da Federação com uso das informações do Sistema de Nascidos Vivos – SINASC do Ministério da Saúde que possui atualização anual. No presente estudo, os dados estão na tabela extra 3.a. Esse indicador serve com subsídio para o estudo da gravidez na adolescência, CMIG 5.5 (ver abaixo).

Prevalência contraceptiva entre mulheres casadas ou em união, de 18 a 49 anos de idade, que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses e que não estavam na menopausa

De acordo com a definição da UNSD, o indicador CMIG 3.1 é expresso pela porcentagem de mulheres casadas ou unidas, de 15 a 49 anos de idade, que estejam

⁶ Ver link: <http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/definicoes.htm>. Consulta em 19.02.2024.

usando, ou cujo parceiro sexual esteja usando, pelo menos um método de contracepção moderno, independentemente do método utilizado.

O indicador nacional foi construído com dados da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS para os anos de 2013 e 2019 como proxy do CMIG 3.1. O módulo de saúde da mulher foi aplicado às mulheres de 18 anos ou mais de idade com perguntas sobre métodos para evitar a gravidez direcionadas apenas às mulheres que declararam ter praticado relações sexuais nos últimos 12 meses e que não estavam na menopausa. Dessa forma, o indicador nacional representa a porcentagem de mulheres que estejam usando, ou cujo parceiro sexual esteja usando, pelo menos um método de contracepção, independentemente do método utilizado, dentre as mulheres casadas ou unidas, de 18 a 49 anos de idade, que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses e que não estavam na menopausa.

Para fins de análise, os métodos anticoncepcionais são frequentemente classificados como modernos ou tradicionais. Os métodos modernos de contracepção incluem: esterilização feminina e masculina, pílulas hormonais orais, dispositivo intrauterino - DIU, preservativo masculino, injeção contraceptiva, implante (incluindo *Norplant*), métodos de barreira vaginal, preservativo feminino e pílula de contracepção de emergência. Os métodos tradicionais de contracepção incluem o método de amenorria de lactação, de retenção de ritmo (abstinência periódica), entre outros.

Taxa de mortalidade de pessoas menores de 5 anos, por sexo

O indicador CMIG 3.2 é descrito como a probabilidade – expressa como uma taxa por mil nascidos vivos – de uma criança nascida em um ano específico morrer antes de atingir os 5 anos de idade, caso sujeita às taxas atuais de mortalidade por idade específica.

Neste informativo, as estatísticas do SIM foram selecionadas para a análise, pois possuem atualização anual e, portanto, incorporam os números de mortalidade do período da pandemia do COVID-19. Os dados foram calculados para o período 2013 a 2021, desagregados por sexo, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ressalta-se que os dados abertos sexo e processados pela Ministério da Saúde não possuem correção da Busca Ativa (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019), ou seja, foram calculados com os dados brutos. A fonte de dados para o denominador é o Sistema de Nascidos Vivos – SINASC, também do Ministério da Saúde.

Esse indicador está associado ao monitoramento do ODS 3.2.1 e está publicado no Portal ODSBrasil⁷, mantido pelo IBGE. Para o monitoramento do ODS, adota-se a estatística publicada com base nas informações oriundas do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Este sistema é gerido pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, cf. Portaria n. 116, de 11.02.2009. As Secretarias de

⁷ <https://odsbrasil.gov.br/>

Saúde coletam as Declarações de Óbitos dos cartórios e entram, no SIM, as informações nelas contidas e apoiam as unidades de processamento de dados onde o sistema está informatizado. Uma das informações primordiais é a causa básica de óbito, a qual é codificada a partir do declarado pelo médico atestante, segundo regras estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde – OMS (World Health Organization - WHO).

Quanto à meta do ODS 3.2.1, o estabelecido é, até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por mil nascidos vivos.

Óbitos de meninas com menos de 5 anos por causa classificada conforme CID-10, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da residência da mãe

As causas de óbitos são informações contidas no formulário denominado Declaração de óbito – DO que compõe o SIM, conforme descrito anteriormente. Ressalva-se que, em 2011, houve uma mudança no conteúdo da DO, com maior detalhamento das informações coletadas. Para este ano, foram utilizados simultaneamente os dois formulários. Para mais detalhes sobre as mudanças ocorridas e os seus efeitos, veja o documento "Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Consolidação da Base de Dados de 2011" (ESCALANTE; RABELLO NETO, 2013).

O SIM coleta, desde 2011, aproximadamente 40 variáveis das declarações de óbito, sendo várias delas específicas para óbitos fetais e de menores de 1 ano. Através da Internet, o DATASUS e a SVS disponibilizam as principais informações para tabulação sobre as Bases de Dados do SIM: a variável 'Óbitos por residência' se refere ao número de óbitos ocorridos, contados segundo o local de residência do falecido ou de residência da mãe⁸.

Complementarmente a análise das taxas de mortalidade de menores de 5 anos, foi calculado, para esse estudo, o número de óbitos de meninas menores de 5 anos de idade por causas, conforme Classificação Internacional de Doenças - CID-10. Essas estatísticas constam na tabela extra 3.b do presente informativo. As causas foram desagregadas por capítulo da CID-10 e estão organizadas por ordem de maior incidência, como segue:

- Algumas afecções originadas no período perinatal: Refere-se ao grupo de morbidades classificadas no Capítulo XVI da CID-10 que inclui afecções que tenham origem no período perinatal, ainda que a morte ou a morbidade ocorra mais tardiamente (códigos P00-P96);

⁸ Os dados estão disponíveis no link <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>.

- Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas: Refere-se ao grupo de morbidades classificadas no Capítulo XVII da CID-10 (códigos Q00-Q99);
- Doenças do aparelho respiratório: Refere-se ao grupo de morbidades classificadas no Capítulo IX da CID-10 (códigos I00-I99);
- Algumas doenças infecciosas e parasitárias: Refere-se ao grupo de morbidades classificadas no Capítulo I da CID-10 que inclui doenças em geral reconhecidas como contagiosas ou transmissíveis (códigos A00-B99).

Razão de mortalidade materna

A Razão de mortalidade materna - RMM é expressa pelo número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano de análise. O indicador do Brasil considera o fator de correção da vigilância do óbito de mulheres em idade fértil (MIF⁹), com base na metodologia Busca Ativa (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

A RMM compreende, além do indicador CMIG 3.3, o indicador 3.1.1 do ODS 3 e tem por meta até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos. Também está disponível no portal ODSBrasil.

Cobertura de cuidado pré-natal entre mulheres de 18 a 49 anos de idade

O indicador CMIG 3.4 é expresso pela porcentagem de mulheres de 15 a 49 anos de idade, com um filho nascido vivo em um determinado período, que recebeu cuidados pré-natais, com indicadores separados para mulheres com ao menos uma (1) visita e ao menos quatro (4) visitas a profissional de saúde qualificado durante a gravidez. Complementarmente, foi também calculada a desagregação “ao menos seis (6) visitas”, conforme recomendação do Ministério da Saúde (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, 2022).

Os indicadores nacionais foram construídos com dados da PNS 2013 e 2019. Na PNS 2013, o módulo sobre atendimento pré-natal foi respondido por mulheres de 18 anos ou mais de idade que tiveram parto no período de 28.07.2011 a 27.07.2013, independentemente de ter algum filho nascido vivo. Dessa forma, o indicador nacional representa a porcentagem de mulheres de 18 a 49 anos de idade, com algum parto no período entre 28.07.2011 e 27.07.2013, que receberam cuidados pré-natais prestados por profissional de saúde qualificado. As informações correspondem à gestação que resultou no último parto do período, com filho nascido vivo ou morto. Foram considerados profissionais de saúde qualificados médicos, enfermeiros e parteiras.

⁹ MIF é a ficha de Investigação de Óbito de Mulher em Idade Fértil – Identificação de Possível Óbito Materno.

Na PNS 2019, o módulo foi estendido para as mulheres de 15 anos. Apesar de ser possível, em 2019, calcular o indicador conforme grupo de idade proposto para o CMIG, optou-se por fazer o cálculo utilizando o grupo de idade da PNS 2013, 18 a 49 anos, que tiveram o último parto entre 28/07/2017 e 27/07/2019, para que se pudesse realizar análise de evolução temporal.

Proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado

O indicador CMIG 3.5 é expresso pela porcentagem de partos com filho nascido vivo, de mulheres de 15 a 49 anos de idade, atendidos por profissional de saúde capacitado para fornecer cuidado obstétrico de salvar a vida, incluindo a prestação de cuidados e conselhos necessários para as mulheres durante o trabalho de parto e o período pós-parto, realizando partos por conta própria e cuidando do recém-nascido.

O mesmo indicador também consta na Agenda 2030 para monitoramento do ODS 3 (indicador ODS 3.1.2). O cálculo, realizado pelo Ministério da Saúde, é o resultado do quociente entre número de nascidos vivos, de parto assistidos por médica (o), enfermeira (o)/obstetrix, parteira, de mulheres de 15 a 49 anos, residentes em determinado espaço geográfico pelo número total de nascidos vivos de mulheres de 15 a 49 anos, residentes no mesmo espaço geográfico. A unidade de medida é porcentagem. Os metadados completos e as informações estatísticas estão disponíveis no portal ODSBrasil.

Prevalência de tabagismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo

De acordo com os metadados para o indicador CMIG 3.6, a prevalência de tabagismo entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade resulta do levantamento mais recente sobre uso de tabaco em adultos (ou pesquisa com perguntas sobre o uso do tabaco). O "tabagismo atual" inclui tanto o uso diário, quanto o não diário ou ocasional do tabaco.

O indicador nacional foi calculado com dados da PNS 2019. O módulo sobre estilos de vida foi respondido por pessoas de 15 anos ou mais de idade. São produtos derivados do tabaco: cigarro (industrializado, de palha ou enrolado à mão) e outros (cigarro de cravo ou de Bali, bidi ou cigarro indiano, charuto ou cigarrilha, cachimbo e narguilé). A série inclui, ainda, dado para o ano de 2013, mas com recorte etário de 18 anos ou mais de idade, em razão da metodologia da edição anterior da PNS.

Para comparações internacionais, a recomendação é que a prevalência seja ajustada de acordo com o método de regressão da OMS para padronização, uma vez que as populações podem ter diferenças significativas na estrutura etária ou no uso do tabaco por sexo. O resultado da prevalência calculada por este método, apesar de adequado para comparações internacionais, é um número hipotético sem significado inerente em sua

magnitude. Uma vez que o principal objetivo da publicação é apresentar dados para o Brasil, em um ponto no tempo, não foi feito ajuste da prevalência pelo método de padronização.

Proporção de pessoas de 20 anos ou mais de idade obesas, por sexo

O indicador CMIG 3.7, proporção de adultos obesos, é definido como a razão entre as pessoas de 20 anos ou mais de idade com Índice de Massa Corporal – IMC igual ou maior a 30 kg/m² e o total de pessoas de 20 anos ou mais de idade.

O indicador nacional foi calculado segundo os parâmetros de IMC e idade do CMIG, com dados da PNS 2013 e 2019.

Expectativa de vida aos 60 anos de idade, por sexo

Expectativa de vida aos 60 anos de idade, indicador CMIG 3.10, é o número médio de anos que se espera que uma pessoa de 60 anos de idade viva, se mantido o padrão de mortalidade existente na população em um determinado ano.

O indicador nacional segue os metadados do CMIG e foi obtido da Revisão de 2018 das Projeções da População por Sexo e Idade (PROJEÇÃO..., 2018), calculadas pelo IBGE, que contam com estimativas para o período 2000-2060 para o Brasil e 2000-2030 para as Unidades da Federação. Ressalta-se que este indicador ainda não incorpora os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre os números e taxas de mortalidade, o que será incorporado apenas a partir da nova Projeção com base no Censo Demográfico 2022.

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias

O indicador CMIG 3.11 refere-se à probabilidade de morte prematura por Doença Crônica Não Transmissível - DCNT na população entre 30 e 70 anos. A OMS priorizou quatro grupos de DCNT: doenças do aparelho circulatório, cânceres, diabetes e doenças respiratórias crônicas. Essa priorização se deu em função desses grupos de doenças serem passíveis de redução por meio da promoção da saúde e prevenção, decorrentes de intervenções direcionadas aos quatro fatores de risco modificáveis: álcool, tabaco, alimentação inadequada e sedentarismo, bem como ações de atenção à saúde que são comuns a essas doenças.

Esse indicador também está associado ao monitoramento do ODS 3.4.1, sendo publicado no Portal ODS Brasil, mantido pelo IBGE. A meta é, até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

Vida pública e tomada de decisão

Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo

O indicador CMIG 4.1 é expresso pela proporção de mulheres em posições ministeriais do total de homens e mulheres nas posições ministeriais. Um homem ou mulher que ocupe duas ou mais posições ministeriais deve ser contado apenas uma vez. O total inclui o cargo de primeiro-ministro (quando aplicável) e ministros. Primeiros-ministros/chefes de governo também devem ser incluídos quando tiverem status ministerial. Vice-presidentes e chefes de agências governamentais não devem ser incluídos.

O indicador nacional segue os metadados do CMIG e foi construído mediante consulta aos dados públicos da Presidência da República. Foram considerados os ministérios e os cargos com status ministerial na data de 24.11.2023.

Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados e nos governos locais

A primeira desagregação do indicador CMIG 4.2 refere-se ao número de assentos ocupados por mulheres em parlamentos unicamerais ou nas câmaras baixas (Câmara dos Deputados) nos parlamentos nacionais, expresso como porcentagem de todos os assentos ocupados. O indicador nacional foi construído considerando as deputadas federais em efetivo exercício em 24/11/2023, segundo os dados públicos do Congresso Nacional, com desagregação por Grandes Regiões e Unidades da Federação, e dados de 2017 e 2020. Uma tabela adicional para esse indicador apresenta o número e a porcentagem de mulheres entre os deputados federais eleitos nas eleições nacionais de 2014, 2018, 2022, conforme os dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE acessados em 10.12.2023, com desagregação por cor ou raça.

A segunda desagregação do indicador CMIG 4.2 refere-se ao número de posições ocupadas por mulheres nas instâncias legislativas do nível de governo local (câmara de vereadores), expresso como porcentagem de todas as posições ocupadas.

O indicador CMIG 4.2, com ambas as desagregações, também está associado ao monitoramento do ODS 5 (Igualdade de Gênero - indicador 5.5.1), publicado no Portal ODS Brasil mantido pelo IBGE.

Participação das mulheres em cargos gerenciais

A participação das mulheres em cargos gerenciais, indicador CMIG 4.3, corresponde à proporção de mulheres no total de cargos na administração sênior e intermediária, correspondendo às categorias 11 (legisladores e altos funcionários) ou 12

(gerentes corporativos) da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (International Standard Classification of Occupations - ISCO-08), da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

O indicador nacional foi construído com dados PNAD Contínua, para os anos de 2012 a 2022, utilizando a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar, que tem compatibilidade a dois dígitos com a ISCO-08. Assim, foram considerados cargos gerenciais todos aqueles classificados no Grupo 1 – membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes – da CBO-Domiciliar. Essa mesma metodologia é também aplicada no ODS 5.5.2.

Foram apresentadas desagregações por cor ou raça, grupos de idade e classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento habitual do trabalho principal, por grupos de atividade econômica, grupamentos ocupacionais, seções da CNAE-Domiciliar, por Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tabulações adicionais exploram o rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas em cargos gerenciais segundo as desagregações supracitadas.

Proporção de policiais mulheres, militares e civis

Segundo os metadados para o indicador CMIG 4.4, deve-se contabilizar o pessoal em agências públicas, em 31.12, cujas principais funções sejam prevenir, detectar e investigar crimes e prender os supostos autores. Equipes de apoio (secretários, escrivães etc.) devem ser excluídas. Os dados referem-se a policiais do sexo feminino no nível de governo nacional.

Embora o indicador proposto pelo CMIG refira-se a policiais no nível nacional de governo, optou-se pela construção do indicador para os efetivos ativos da polícia civil e da polícia militar, instituições no âmbito dos governos estaduais com atribuições mais abrangentes e mais capilarizadas pelo Território Nacional. A fonte dos dados é a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC 2014 e 2019, que coletou informações sobre os efetivos policiais referentes a 31.12.2013 e 31.12.2018, respectivamente.

Proporção de magistradas

Segundo definição da UNSD, o indicador CMIG 4.5 refere-se a "juízas ou magistradas profissionais, em tempo integral e parcial, atuando em 31 de dezembro do referido ano, autorizadas a ouvir casos especificamente criminais, incluindo em tribunais de recurso, e a tomar decisões num tribunal. Também inclui juízas e magistradas associados autorizados".

O indicador nacional foi calculado a partir dos dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com base nos dados fornecidos pelos tribunais no Módulo de Produtividade Mensal - MPM e obtidos a partir de formulários específicos sobre concursos públicos e

perfil sociodemográfico, que constam da publicação “Participação Feminina na Magistratura – Atualizações” (CNJ, 2023).

Proporção de mulheres entre os candidatos para a Câmara dos Deputados

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG. Ele foi calculado como razão entre o número de mulheres candidatas a deputada federal e o total de candidaturas. Foram utilizadas informações do repositório de dados eleitorais do TSE referentes a eleição de 2022. O acesso às informações foi feito em 10.12.2023. As tabelas trazem desagregações por cor ou raça, classes de receita das candidaturas, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Dados históricos incluem informações sobre as eleições de 2018 e 2014.

Proporção de mulheres eleitas prefeitas

Indicador complementar, que não faz parte do CMIG, mas traz uma informação relevante sobre o acesso a instâncias do poder local. Ele foi calculado como razão entre o número de mulheres eleitas prefeita deputada federal e o total de candidaturas.

Direitos humanos das mulheres e meninas

Proporção de mulheres de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência psicológica, física ou sexual e cuja forma mais grave de violência psicológica, física ou sexual foi praticada por parceiro íntimo, atual ou anterior

Proxy do Indicador CMIG 5.1 e do ODS 5.2.1, calculado a partir de dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019, por meio da razão entre mulheres de 18 anos ou mais de idade que relataram como forma mais grave de violência psicológica, física ou sexual sofrida aquela perpetrada por parceiro íntimo, atual ou anterior, nos 12 meses que antecederam a entrevista, e o total de mulheres no mesmo grupo de idade. Como parceiro íntimo atual ou anterior foram consideradas as seguintes categorias: Cônjuge ou companheiro(a); Ex-Cônjuge ou ex-companheiro(a); Parceiro(a), namorado(a), ex-parceiro(a), ex-namorado(a). As tabelas incluem desagregações por grupos de idade, cor ou raça, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

O indicador configura-se como *proxy* uma vez que, no metadado original, o grupo de idade de interesse é 15 anos ou mais. Ademais, em função da forma como a pergunta foi realizada na pesquisa, somente a violência mais grave sofrida no período permitiu apontar o perpetrador como parceiro ou ex-parceiro íntimo.

Proporção de mulheres de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência sexual e cuja forma mais grave de violência sexual foi praticada por outra pessoa não parceira íntima

Proxy do indicador CMIG 5.2, calculado a partir de dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019, obtido por meio da razão entre mulheres de 18 anos ou mais de idade que relataram ter sofrido violência sexual nos 12 meses que antecederam a entrevista e cuja violência sexual mais grave foi perpetrada por outra pessoa não parceira íntima, e o total de mulheres no mesmo grupo etário. Como pessoa parceira íntima foram consideradas as seguintes categorias: Cônjuge ou companheiro(a); Ex-Cônjuge ou ex-companheiro(a); Parceiro(a), namorado(a), ex-parceiro(a), ex-namorado(a). As tabelas incluem desagregações por grupos de idade e Grandes Regiões.

O indicador configura-se como *proxy* uma vez que, no metadado original, o grupo de idade de interesse é 15 anos ou mais e o indicador nacional somente refere-se à violência apontada como aquela mais grave sofrida no período.

Casamentos, total e por grupos de idade do cônjuge feminino e masculino, segundo o lugar do registro

Esse indicador foi proposto como uma *proxy* do indicador CMIG 5.4 (Proporção de mulheres de 20 a 24 anos de idade, casadas ou em união antes dos 18 anos de idade), também presente na Agenda 2030 (Indicador 5.3.1). A única fonte de dados disponível para construir o indicador segundo o metadado original seria a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS, realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) em parceria com o Ministério da Saúde em 2006, cuja informação foi divulgada na 1ª edição deste estudo.

Para trazer um panorama mais atualizado sobre o tema, a *proxy* ora apresentada mede o número e a proporção de casamentos com cônjuges do sexo feminino e masculino com idade inferior a 18 anos no total de casamentos civis realizados em um determinado ano. O Código Civil prevê que o casamento pode ser realizado a partir dos 16 (dezesseis) anos de idade, porém, se tiverem menos de 18 (dezoito) anos, pode ocorrer com o consentimento dos pais (Art. 1.517). A fonte de dados é a pesquisa Estatísticas do Registro Civil, do IBGE, de 2011 a 2021, obedecendo também a legislação brasileira pertinente ao assunto. As tabelas incluem desagregações por grupos de idade, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Taxa específica de fecundidade de mulheres de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos de idade (‰)

Esse indicador é de extrema importância para a compreensão das trajetórias reprodutivas precoces. Os dados oficiais disponíveis, de acordo com metodologia recomendada pela UNSD, para a taxa de fecundidade adolescente (CMIG 5.5) são provenientes da Revisão de 2018 das Projeções da População por Sexo e Idade (PROJEÇÃO..., 2018). Nesta base de dados, contudo, a referida taxa é calculada somente para o grupo de 15 a 19 anos e ainda não considera os efeitos da pandemia de COVID-19. As taxas estão disponibilizadas para o período 2011 a 2021, desagregadas por Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Dadas essas limitações, optou-se então pela análise do número de nascimentos de meninas de 10 a 19 anos e seu peso relativo em relação ao total dos nascimentos de 10 a 49 anos como *proxy* do indicador CMIG 5.5. Tal indicador vale-se de “número de nascidos vivos”¹⁰ e se assemelha ao indicador 3.7.2 da Agenda 2030: Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários¹¹. A fonte de dados é o Sistema de Nascidos Vivos – SINASC, do Ministério da Saúde. Dados que permitem o cálculo do peso relativo estão na tabela 3.a.

¹⁰ Ver definições na seção “Saúde e serviços relacionados”

¹¹ Ver <https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador372>

Número e taxa de homicídios, por local de ocorrência do incidente, sexo e cor ou raça

Indicador complementar que apresenta o número e a taxa de homicídios por 100 mil mulheres, por local de ocorrência, sexo e cor ou raça. Os homicídios de mulheres ocorridos dentro das residências são comumente utilizados como *proxy* de feminicídio.

Para os dados de homicídios, foi utilizada a base SIM, do DATASUS, Ministério da Saúde. Os homicídios foram definidos como os óbitos com causa classificada nos CIDs X85-Y09 e Y35-Y36, englobando óbitos causados por agressão e intervenção legal. O local de ocorrência foi classificado a partir do terceiro dígito da causa base do óbito.

Para os dados de população (denominadores) foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2013, 2017, 2018 e 2019 (acumulado de primeiras entrevistas); e 2020 e 2021 (acumulado de quintas entrevistas). Os dados de 2008 provêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Mulheres de 18 anos ou mais de idade que sofreram violência física nos últimos 12 meses por tipo de agressor e local da única ocorrência ou ocorrência mais grave

Indicador adicional construído a partir da PNS 2019 relativo à violência física ocorrida nos últimos 12 meses, segundo o tipo de agressor da única ocorrência ou ocorrência mais grave (pessoa conhecida ou desconhecida) e local da agressão (residência ou outro local). Tabulações incluem informação para homens e mulheres e desagregações por Grandes Regiões e Unidades da Federação. Pessoa conhecida foi definida como parceiro ou ex-parceiro íntimo, parente, amigo, colega ou vizinho.

Municípios com serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC pesquisou, em 2018, em um módulo sobre políticas para mulheres, se os municípios tinham serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres e delegacias de polícia especializada no atendimento à mulher. As tabelas produzidas incluem desagregações por Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios.

Referências

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, p. 1-4, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 187, p. 1-5, 30 set. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria n. 116, de 11 de fevereiro de 2009. Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 30, p. 37-43, 12 fev. 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2009/prt0116_11_02_2009.html#:~:text=Regulamenta%20a%20coleta%20de%20dados,Secretaria%20de%20Vigil%C3%A2ncia%20em%20Sa%C3%BAde. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 72, de 11 de janeiro de 2010. Estabelece que a vigilância do óbito infantil e fetal é obrigatória nos serviços de saúde (públicos e privados) que integram o Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 7, p. 29-31, 12 jan. 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt0072_11_01_2010.html. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção ao pré-natal de baixo risco*. 1. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2013. 316 p. (Cadernos de atenção básica, n. 32). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Brasil 2018 uma análise de situação de saúde e das doenças e agravos crônicos: desafios e perspectivas*. Ministério da Saúde, – Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde, 2019. 424 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2018_analise_situacao_saude_doencas_agravos_cronicos_desafios_perspectivas.pdf. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica Nº 1/2022-SAPS/MS. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde, 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/15956>. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Declaração de Nascido Vivo: manual de instruções para preenchimento [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – 4. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 80 p. : il.

CASEIRO, L. C. Z. *Trajetórias de estudantes e de egressos dos cursos graduação no Brasil: uma abordagem longitudinal a partir de dados administrativos*. 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.8.2022.tde-26052023-115114. Acesso em: jan. 2024.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE LA MUJER, 4., 1995, Beijing. *Declaración y plataforma de acción de Beijing*. Nueva York: Naciones Unidas, 1995. 143 p. Aprovada na 16ª sessão plenária, Pequim, em 15 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/index.html>. Acesso em: jan. 2024.

CONSELHO Nacional de Justiça. *Participação feminina na Magistratura*, 2023. Conselho Nacional de Justiça, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-participacao-feminina-na-magistratura-v3-20-03-23-ficha-catalografica.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

EDUCATION at a glance 2023: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2023. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2023_e13bef63-en. Acesso em: jan. 2024.

ESCALANTE, J. J. C.; RABELLO Neto, D. L. *Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM*. Consolidação da base de dados de 2011. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação Geral de Informações e Análises Epidemiológicas – CGIAE, 28 de maio de 2013. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Consolida_Sim_2011.pdf. Acesso em: fev. 2024.

ESTATÍSTICAS dos cadastros de microempreendedores individuais 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 70 p. Investigações experimentais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/empreendedorismo/38014-estatisticas-dos-cadastros-de-microempreendedores-individuais.html>. Acesso em: jan. 2024.

ESTATÍSTICAS de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 12 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 38. Acima do título: Sistema nacional de informações de gênero. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551> Acesso em: fev.2024

ESTATÍSTICAS de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 12, 26 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 38 - 2 ed. Acima do título: Sistema nacional de informações de gênero. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784> Acesso em: fev.2024

INDICADORES brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: jan. 2024

INTEGRATING a gender perspective into statistics. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 2016. 206 p. (Studies in methods. Series F, n. 111). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/Standards-and-Methods/files/Handbooks/gender/Integrating-a-Gender-Perspective-into-Statistics-E.pdf/>. Acesso em: fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2012/2022: microdados. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: jan. 2024.

NACIONES UNIDAS. Notícias ONU: mirada global histórias humanas. Nueva York, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/es/story/2023/04/1520247>. Acesso em: jan. 2024.

PAINEL Raio-X da Administração Pública Federal, 2023. Disponível em: <https://raiox.economia.gov.br/?=>. Acesso em: jan. 2024

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 71 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101769>. Acesso em: fev.2024.

PESQUISA Nacional de Saúde 2019: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 101 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=30563&t=publicacoes> Acesso em: jan. 2024.

PESQUISA nacional de saúde 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 57 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=29078&t=publicacoes> Acesso em: fev. 2024.

PESQUISA nacional de saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 105 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=29270&t=publicacoes> Acesso em: fev.2024.

PROGRESS on the sustainable development goals: the gender snapshot 2020. New York: United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - UN Women: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2020. 23 p. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2020> Acesso em: fev. 2024.

PROJEÇÕES da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. 56p.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 149 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 53). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes> Acesso em: jan. 2024.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Minimum set of gender indicators*. New York, 2019. Disponível em: <https://gender-data-hub-2-undesa.hub.arcgis.com/pages/indicators>. Acesso em: fev.2024.

WOMEN in national parliaments: monthly ranking. In: INTER-PARLIAMENTARY UNION. IPU Parline. Geneve, 1 Dec. 2023. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=12&year=2023>. Acesso em: dez. 2023. 2. BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Parlamentares em exercício. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio> Acesso em: dez. 2023.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Coordenação geral do estudo Estatísticas de Gênero

João Hallak Neto
Leonardo Queiroz Athias
Barbara Cobo (ENCE)
Sofia Monti

Revisão final dos textos

André Geraldo Simões
Barbara Cobo (ENCE)
Betina Fresneda
Clícian do Couto Oliveira
Denise Guichard Freire
Leonardo Queiroz Athias

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Ailton José Lima Martins Furtado
Isabel Luzia Nori dos Santos
Paulo Cesar Dick

Análise dos resultados

Angelita Alves de Carvalho (ENCE)
André Geraldo Simões
Barbara Cobo
Clícian Couto
Denise Guichard Freire
Joice de Souza Soares (ENCE)
Leonardo Queiroz Athias
Sofia Monti

Colaboradores

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual do Informativo

Fernanda Jardim
Leonardo Ferreira Martins

Projeto gráfico do Informativo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva
Daniela Rangel Granja
Lioara Mandoju

Marcos Paulo Braz Cruz (estagiário)
Solange de Oliveira Santos

Padronização de glossários e elaboração de resumos indicativos

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento do Informativo

Ednalva Maia do Monte
Newton Malta de Souza Marques